



COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA
REUNIÃO ORDINÁRIA XX / 2015-2016

Bauru, SP 27 de Novembro de 2015.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, no Centro de Educação Ambiental do Horto Florestal, reuniram-se os conselheiros: Mayra Fernandes da Silva – OAB; Marcela Mattos de Almeida Bessa – SMO; Luiz Antonio da Silva Pires – SEMMA; Giselda Passos Giafferis – DAE; Leandro Peres Marcomini – PAMB; José Arimatéia Rabelo Machado – IF; Rubens Sergio Vieira Domingues – DAEE; Thiago Eduardo Bianconi – IBAMA; Flávia de Vasconcellos Figueiredo – CETESB; Jandira Liria Biscalquini Talamoni – UNESP; José Brazoloto – ABES; José Pili Cardoso Filho - VIDÁGUA; Klaudio Cófani Nunes – CIESP; Jonathos Pessoa de Siqueira – BATRA; Thiago Franco Martins – SECOVI; Gerson Luiz Alves Pinheiro – ASTEN. **Justificaram ausência:** Alessandra Pinezi – EMDURB; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos – SME; Lourenço Magnoni Júnior – AGB; Maura da Silva Assunção – BATRA; Luiz Henrique de Paula – FF; Ricardo Scarelli Carrijo – VIDÁGUA; Dorival José Coral – USC; Alfredo Neme Neto – ASSENAG; Gabriel G. Motta (FÓRUM PRÓ-BATALHA), Mauro Kanabara Filho (ASTEN); Renato Theodoro Delgado – CATI. **Participaram também** Luiz Carlos A. Neto (JARDIM BOTÂNICO). Tratou-se dos seguintes assuntos: **1.** Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e do Cerrado; **2.** Apresentação pela CT Educação Ambiental, de suas considerações a respeito do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e do Cerrado; **3.** Apresentação pela empresa Lótus Jr. de proposta a respeito da educação ambiental no município de Bauru; **4.** Minuta do Projeto de Lei – Recuperação Arborização Urbana – reanálise pela CTLegis; **5.** Pauta livre. Dando início às atividades às 8:h45, toma a palavra a presidente, Sra. Mayra, que deseja bom dia a todos e inicia demonstrando sua preocupação sobre medida aprovada na reunião passada a respeito das diretrizes a serem aplicadas às reuniões do COMDEMA, qual seja, a de adoção da primeira e segunda chamada respectivamente às 8h30 e às 9h00. Justifica não ser justo com os conselheiros que chegam no horário ter que aguardar até as 9h00 para iniciar a reunião. Acredita que este intervalo esteja muito extenso. Assim, sugere que os conselheiros reflitam sobre 3 alternativas: (1) iniciar as reuniões às 8h30 em primeira chamada e às 9h00 em segunda chamada; (2) antecipar o início das reuniões para as 8h00, realizando a segunda chamada às 8h30; (3) adiar o início das reuniões para as 9h00, sem segunda chamada. Em seguida, informa ter confeccionado uma minuta de Resolução contendo as regras que foram votadas, passando a lê-la. Encerrada a leitura, alguns ajustes foram feitos, lançando-se para a próxima reunião a votação da Resolução. Adentrando a primeira pauta do dia, passou a palavra ao Sr. Luis (J. Botânico), que deu início à explicação sobre o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e do Cerrado. Luiz explica que o plano visou fazer um diagnóstico do que existe no município dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. Informa que o estudo apontou as

marcela

1/5

An



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

áreas de maior prioridade para preservação, sendo as APA's do Rio Batalha e da Água Parada os locais de concentração dos maiores fragmentos. Informa, ainda, sobre a existência de pequenos fragmentos na bacia do Rio Bauru. Explica que o que se espera do COMDEMA é (1) o apontamento das ações de curto, médio e longo prazo; (2) uma definição de tais termos - ex: 2 anos como curto prazo; 5 como médio, etc. Acredita que referida providência seja importante para que este plano se transforme em um recurso para cobrança futura de providências pelos nossos governantes; (3) a inclusão de estratégias que tenham faltado quando da confecção do plano, ex: educação ambiental; (4) apontamento das ações prioritárias. Sr. Thiago acredita que o prazo não deve estar inserido dentro de uma gestão para que possa ser cobrado, pois caso o Secretário deixe de fazê-lo durante parte de sua gestão, começando apenas no último ano, o próximo a assumir pode dar continuidade ao trabalho. Sr. Luiz Pires esclarece que o Plano não tem a intenção de criar nada, pois trata-se de diagnóstico realizado em locais já existentes, que já estão delineados por diretrizes e/ou exigência legal. Que o plano serve para dar uma orientação sobre medidas mitigatórias, compensações necessárias etc., já que hoje não há instrumentos vinculativos, ou seja, depende da visão de cada gestão. Destaca que sempre que há necessidade de se realizar compensações em processos que passam pela Seplan, Semma, Cetesb e DAE, estas não seguem um parâmetro, determinando-se a compensação de forma aleatória. Sr. Luis (Botânico) afirma que no caso da CETESB, a exigência é que a compensação seja feita, prioritariamente na mesma microbacia (o que é confirmado pela Flávia, representante da CETESB). Flávia destaca, porém, que as áreas mapeadas são poucas. Sr. Luis continua, dizendo que muitas vezes o que dificulta o processo é o fato de estas áreas serem particulares, devendo ser desapropriadas. Nesta linha, sugere que as Câmaras Técnicas do Comdema participem fazendo a análise do Plano. Sra. Mayra intervém dizendo que estava pensando justamente em como fazer isso. Neste momento, Jandira (UNESP) pede a palavra esclarecendo que a explanação da CTEducação Ambiental é justamente sobre isso. Sr. Luis encerra se colocando à disposição para esclarecimento de dúvidas, lembrando que por serem ações da Prefeitura, é necessário que se tenha os pés no chão na hora de estabelecer as metas, tendo em vista as dificuldades. Sra. Flávia pergunta se a Prefeitura possui uma relação dos proprietários das áreas que necessitam de plantio. Luis responde que não, havendo necessidade de se fazer um banco de dados sobre isso. Sra. Marcela pergunta se os Parques Naturais estão contemplados no Plano. Sr. Luiz Pires responde que sim, que todos os fragmentos estão contemplados. Sr. Tiago (Ibama) pergunta se é a Prefeitura quem vai gerenciar isso tudo e se não seria interessante que a discussão sobre os prazos se desse diretamente com ela. Sr. Luiz Pires responde dizendo que não se pode esperar pela Prefeitura, que uma vez havendo prazos ela terá de buscar dinheiro, o que for necessário e executar as metas dentro dos prazos. Sra. Marcela fala que em reuniões anteriores do COMDEMA houve discussões sobre a dificuldade que o município enfrenta no tratamento das ARIES, tais como, fazer cercamento dessas áreas. Pergunta se isso foi contemplado. Sr. Luiz Pires informa que cercamento não. Sra. Giselda apresenta uma dificuldade que o DAE vem enfrentando para aquisição de áreas em Bauru para cumprimento da compensação determinada pela Cetesb no caso

marcela

2/5



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

da implantação dos interceptores e da ETE Vargem Limpa. Relata que foi feito um "Chamamento Público", tendo aparecido somente um interessado que teria apresentado valor imobiliário muito alto. Como o DAE não possui recursos para pagar, pergunta se não tem como se utilizar o Plano como parâmetro e identificação das áreas prioritárias. Sr. Luiz Pires acredita que sim, enxergando esta possibilidade como uma ótima oportunidade. Esclarece, todavia, que para tanto o Plano tem que estar aprovado pelo COMDEMA. Sr. Luiz Pires informa da urgência deste Plano para orientar e direcionar várias situações, vide este exemplo do DAE. Sr. Ari diz entender ser uma questão de planejamento. Sra. Mayra passa a palavra para a Profa. Jandira, que inicia a apresentação da CT Educação Ambiental. A CT sugere a realização de um Fórum para discussão do Plano. Informa que durante as reuniões da Câmara Técnica surgiram muitas dúvidas em relação às metas, em relação às áreas propostas e outras questões. Que propuseram a realização do Fórum para um debate e que a melhor data seria em abril de 2016. Propõem que o fórum não seja aberto ao público, sendo, no entanto, destinado um momento para discussões técnicas entre universitários, professores, especialistas e conselheiros do Comdema. Que a intenção é que cada participante tenha como colaborar, trazendo uma contribuição de ações que possam garantir o desenvolvimento do Plano e estabelecer prioridades. Sugere ter seis grupos de trabalho, cada grupo com um tema, cada grupo nomeará um relator que colocará a discussão na plenária. Que as sugestões finais sejam recolhidas e seja feito um documento síntese que possa auxiliar nas ações que serão desenvolvidas e que deverão ser divulgadas à população, como auxílio na ajuda de parceiros e orientação de ações de educação ambiental. Sra. Marcela esclarece sobre a existência do Estatuto da Cidade e da necessidade de discutir-se qualquer matéria referente a zoneamento ambiental por meio de consultas públicas, debates e audiências públicas, acreditando que o fórum cumpriria esta exigência e que a disponibilização prévia do Plano poderia servir como consulta pública. Sra. Mayra parabeniza o trabalho apresentado e aponta o Fórum como uma solução, tendo em vista as dificuldades do COMDEMA em se debater um assunto de tamanha importância em tão pouco tempo. Ressalta que alguns detalhes devem ser discutidos pela CT, mas promete que o COMDEMA auxiliará no que for preciso. Diz ser importante essa colaboração, sendo este o segundo fórum feito pelo COMDEMA e que entende que as opiniões da CT Educação Ambiental devem ser respeitadas e que a data da proposta para o fórum é ideal até para dar tempo de preparação do evento. Pergunta à Câmara Técnica se pensaram em como limitar o evento. Profa. Janda responde que não, mas pensaram na USC como local por conta do apoio do Prof. Dorival. Disse que também pode tentar na Unesp, pois lá há várias salas e um bom auditório. Sra. Mayra se dispõe a verificar junto da OAB. Sr. Luiz Pires sugere a limitação em número de dirigentes em cada grupo. Também sugere a disponibilização do Plano online para que as pessoas leiam antes e vejam se é área de interesse. Sugere a elaboração de três perguntas básicas do plano a serem respondidas no ato da inscrição a fim de que o interessado aponte sua área de interesse. Sr. Gerson sugere como local a Paróquia Santa Rita de Cassia, que tem boa estrutura com várias salas. Sra. Mayra e Profa Janda pedem para que ele verifique a disponibilidade. Sra. Mayra passa ao quarto item da pauta, informando a

MARCELA

3/5

A



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

suspensão da pauta 3, à pedido da Lótus Jr, que se reunirá primeiramente com a EMDURB para depois transmitir suas ideias ao COMDEMA. Sobre a pauta 4, Mayra esclarece que o parecer se baseou nas informações obtidas na última reunião. Sra. Mayra lê o parecer. Sra. Marcela diz que pelo diagnóstico prévio e por todas as discussões que já houveram sobre arborização urbana fica claro que a população é o fator de maior impedimento em relação à arborização, que entende que exigir o plantio pela população será pior, hoje a população rejeita a arborização e uma medida imposta tende aumentar ainda mais a rejeição. Sr. Kláudio acredita que a Lei não vai agir para causar maior repulsa na população, a não ser que a lei tenha somente interesse de obrigar. Sugere que sejam incluídas na mesma trabalhos de conscientização e de sensibilização da população. Que como a rua é via pública temos que pensar como o indivíduo vai responder por isso. Sra. Marcela diz que durante um seminário do Município Verde Azul, do qual participaram dois especialistas da área foi mostrado estatisticamente que quando a lei obriga o munícipe a uma situação contrária, essa mais atrapalha do que ajuda. Sra. Mayra relembra que houve na última reunião o Sr. Sérgio externou sua preocupação no tocante à oneração do munícipe com as providências advindas do plantio e que isso a fez pensar se referida lei não seria inconstitucional por retroagir a situações pretéritas. Sr. Kláudio diz que a discussão é o ideal porque concorda com a Sra. Marcela sobre o aproveitamento das leis e diagnósticos já existentes. Sra. Janda coloca que o trabalho de divulgação e conscientização é muito importante para que as pessoas entendam e colaborem. Sra. Mayra pergunta se mais alguém tem algum posicionamento sobre o assunto ou se discorda do parecer. Não há nenhuma manifestação neste sentido. Votado o parecer, o mesmo é aprovado. Passando-se à pauta livre, Sr. Kláudio fala sobre a Campanha da Fraternidade de 2016, cujo tema será Saneamento Básico. Esclarece que faz parte da equipe juntamente com o Sr. Gerson (Asten). Sem mais, deu-se por encerrada a reunião às 11h40 e eu, _____, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

SEMMA

SMS

DAE

SMOP

SEPLAN

SAGRA

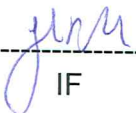
SME

IBAMA

PAMB



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL


IF

CATI



DAEE



CETESB

FF


IBDA

AGB

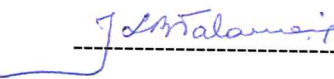


VIDÁGUA

USC

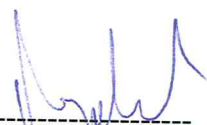


OAB



UNESP

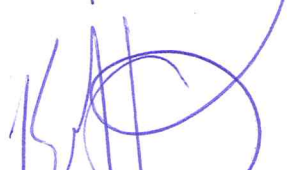
ASSENAG



ABES

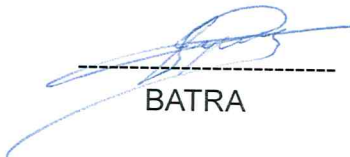
Fórum Pró-Batalha

IAB

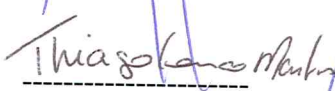


CIESP

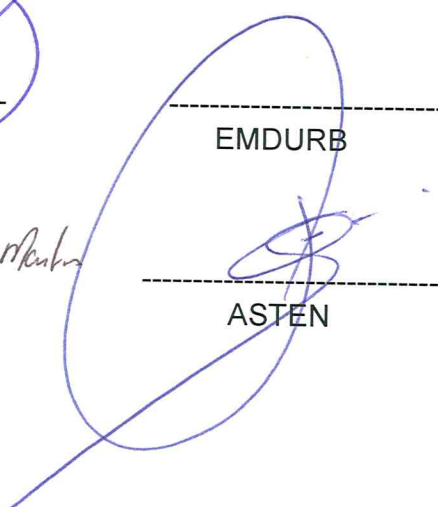
EMDURB



BATRA



SECOVI



ASTEN

CREA